

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

ATA DA 57ª (QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

Aos vinte três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às duas horas, em videoconferência, reuniu-se o Comitê de Auditoria Estatutário com a participação do Sr. ANTONIO ELIAS ZOGHBI DE CASTRO, Presidente do Comitê e dos membros FELIPE ANTÔNIO GUIMARÃES GABRICH JÚNIOR e SERGIO CITERONI, Sr. VALMIR S. AZEVEDO, Gerência Geral – Governança - GAGOV além de mim, ANA LUIZA VIEIRA NETTO, em atenção ao convite do Presidente do Comitê, para secretariar os trabalhos. Além dos Membros do Comitê, o Gerente Geral Financeiro - GAFIN, JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO, o Coordenador Técnico – Contratos - CEATO, PAULO CESAR BARBOSA DE MORAES JUNIOR e o Coordenador Técnico-Planejamento e Desenvolvimento – CEPES, ERALDO NATALÍCIO FERREIRA PINTO JÚNIOR, foram convidados a participar da reunião, para prestar esclarecimentos ao Colegiado. Em seguida, procedeu-se à apreciação do seguinte:

O COAUD registra que iniciou a 57ª reunião no dia 23/11 e estão dando continuidade no dia 24/11.

1- Termo de referência contratação de auditoria externa – No mês de julho, o COAUD já havia feito uma revisão inicial do termo de referência proposto.

Com a chegada do especialista em contabilidade e auditoria, Sr. Sergio Citeroni, foi conduzida uma revisão adicional, na qual alterações técnicas foram identificadas. Em setembro de 2020, O COAUD encaminhou a nova versão do termo de licitação ao GAGOV, devidamente alinhado com as observações e orientações apresentadas pela área de licitação.

O COAUD solicita uma posição do Gerente Geral de Governança, sobre o andamento do processo de auditoria externa e um retorno sobre as manifestações do COAUD no termo de referência, para que se possa avaliar o alinhamento entre a última versão do termo de referência e as atuais propostas formuladas pelo COAUD. Adicionalmente, enfatiza que o termo de referência proposto pelo COAUD, já observa as manifestações e deliberações do atual CONAD, o qual definiu como prioritário as revisões trimestrais das demonstrações financeiras padronizadas (DFP) intermediárias da CBTU.

2 – Participação da Área de Tecnologia sobre os sistemas financeiros e contábeis - O Coordenador Técnico -Planejamento e Desenvolvimento - CEPES, atendeu o convite para participar de reunião com o o COAUD e prestar esclarecimentos sobre o funcionamento, a estrutura tecnológica e a arquitetura de softwares contábeis e financeiros da CBTU. Informou que a estrutura em si é precária, as soluções que atendem as áreas financeiras e contábeis são softwares antigos, com 15-20 anos de utilização. Ressaltou que iniciativas de mudanças na CBTU foram feitas de forma pontual pela perspectiva da Tecnologia da Informação -TI ser descentralizada, e que a Diretoria de Planejamento e Relações Institucionais, tem interesse de centralizar a estrutura de TI da Companhia. Esclareceu que as Superintendências de Belo Horizonte (STU-BH) e Recife (STU-REC) tem seu sistema próprio contábil, as contratações foram efetuadas por cada Superintendência, para atender suas respectivas necessidades. A STU-BH utiliza o Protheus e a STU-REC utiliza do TOTVS, as demais Superintendências de Trens Urbanos (João Pessoa, Natal e Maceió) não possuem sistema contábil.

Não existe interface automática dos Sistemas da CBTU, a Gerência Técnica –Contabilidade e Custos - GECOC, não possui um sistema contábil, o trabalho é feito de forma manual, todos os

lançamentos são digitados manualmente no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI. O COAUD tomou conhecimentos dos esclarecimentos do CEPES e registra que vai agendar uma reunião com o Diretor de Planejamento e Relações Institucionais para tratar sobre o tema.

3- Nova contratação de prestador de serviço similar ao serviço de auditoria externa -

O Comitê compreendeu as informações repassadas pelo Coordenador Técnico de Contratos da CBTU que informou não ser possível realizar a contratação de serviços especiais ainda neste ano de 2020. Por unanimidade, o COAUD aceitou a sugestão do Sr. Sergio Citeroni, de uma contratação paralela de serviços de Auditoria Externa, nos termos requeridos pelo Termo de Referência apreciado pelo COAUD e encaminhado para a GAGOV, concomitante aos trabalhos do atual auditor (Maciel Auditores) por 2 (dois) trimestres. Com isso, essa empresa contratada, poderia dar continuidade, dentro do escopo, os trabalhos para o terceiro e quarto trimestre, com o relatório anual dos auditores externos. Caso a dotação orçamentária não seja suficiente para suportar essa contratação, poderia ser usado para os dois primeiros períodos, a dotação orçamentária do COAUD, para auxiliar na viabilização da referida contratação.

Foi esclarecido pelo Coordenador Técnico de Contratos, presente na reunião, a possibilidade de fazer a presente contratação, e informado que o artigo 46 da Lei 13.303/2016, permite mais de um contratado para serviço de mesma natureza. Esclareceu ainda a dificuldade de conseguir contratar esse ano, com a dotação orçamentária do COAUD, desse período, pois normalmente o orçamento se encerra entre a primeira e segunda semana de dezembro.

O COAUD registra, que necessita do apoio da GAGOV, para incluir a pretendida contratação, no plano de ação da GAGOV, para que haja previsão orçamentária para essa contratação. Sugere, que a GAGOV seja a área demandante (responsável) para a Contratação Pretendida, trabalhando em conjunto com o COAUD para determinar o escopo e elaboração do termo de referência da futura contratação.

4- Status do levantamento da contabilidade – Em 28 de outubro de 2020, o Sr. Sergio Citeroni, responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de auditoria externa da área contábil e financeira, reuniu-se com o Sr. José Dias da Silva Filho, Gerente Geral Financeiro GAFIN, para discutir as observações apresentadas pelos auditores externos no relatório de controles internos. A referida reunião foi interrompida devido a recente emissão do relatório, impossibilitando uma adequada preparação por parte da gerência financeira e consequente impedimento na obtenção de informações mais detalhadas e suficientes sobre diversos temas. Em 24 de novembro de 2020, reiniciamos nossa reunião, com destaque para os seguintes tópicos conforme abaixo apresentados:

4.1 - Contas a receber – AC

89% do contas a receber ou seja R\$14.858.208 está integralmente provisionado devido sua liquidação ser jugada duvidosa. Entretanto, o valor de R\$1.827.970 representado por contas a receber da RFFSA, que foi regularizado em setembro.

Em 30 de junho de 2020, o saldo de adiantamentos de 13º salário é R\$15.498.130, entretanto devido a falta de documentação considerada adequada, os auditores analisaram apenas R\$581.859, entretanto segundo o Sr. Dias a documentação foi encaminhada, lembrando que esta conta deve apresentar saldo “zero” em 31 de dezembro de 2020.

4.2 - Receitas e Despesas

Para as seguintes receitas e despesas não foram apresentados documentos considerados adequados para evidenciar a correta contabilização, mensuração e fidedignidade da informação:

Receita

Arrecadação – Serviço de transporte	R\$ 745.944
Valor bruto exploração bens, direitos e serviços	R\$1.690.021

Despesas

STU - BH Serviços de apoio adm. tec. e operacional	R\$2.356.864
STU - RE Serviços de apoio adm. tec. e operacional	R\$2.801.669

Segundo Sr. Dias, a documentação existe, porém não foi submetida em tempo hábil, ou seja, somente disponibilizada após a emissão do relatório. Essas pendências poderão ser sanadas na próxima visita dos auditores externos.

Depósitos Judiciais

STU – São Paulo	R\$ 3.946.626
Administração Central	R\$345.129.046
STU – Belo Horizonte	R\$286.151.621
STU – Recife	R\$137.859.031
STU – Maceió	R\$ 13.907.308
STU – João Pessoa	R\$ 3.485.801
STU – Natal	R\$ 5.943.140

Além da classificação, que segundo o Sr. Dias, será regularizada no final do exercício com a transferência do total ou parte significativa do saldo de depósitos judiciais para o ativo não circulante, há certas rubricas que requerem melhorias dos controles, análises contábeis e procedimentos específicos para permitir o alcance de uma conclusão sobre os saldos que deveriam ser considerados como finais para fins de apresentação das demonstrações financeiras

Há também o valor de R\$332.660mil relativo a depósitos judiciais, recursais e bloqueados, no ano anterior objeto de ressalva por parte dos auditores, que diante da ausência de evidências consideradas adequadas e suficientes, será novamente ressalvado.

O Sr. Dias explicou que há, em estágio avançado, um processo de contratação de empresa especializada na pesquisa, levantamento, apuração e controle dos depósitos judiciais. Sem a referida terceirização, não há condições das respectivas rubricas serem adequadamente apresentadas.

O relatório dos auditores externos também faz menção sobre as provisões para contingências, conforme demonstrado abaixo:

4.3 - Provisão para contingências

Administração central	R\$2.733.358.659
STU – Belo Horizonte	R\$ 44.206.566
STU – Recife	R\$ 75.150.283
STU – Maceió	R\$ 19.950.976
STU – João Pessoa	R\$ 9.273.263

STU – Natal R\$ 113.154.508

Consistentemente, informa que os relatórios gerados pela área jurídica em datas diferentes de 31 de dezembro não contemplam atualizações de alterações de riscos e valores, nem tão pouco novas causas julgadas como perda provável apresentadas durante o exercício o que teoricamente impede uma conclusão satisfatória em períodos intermediários. O Sr. Dias informou que já foi solicitado à Gerência Jurídica que verifique a possibilidade de atender o apontado.

4.4 - Imobilizado

Administração central	R\$ 182.759.774
STU – Belo Horizonte	R\$ 828.270.323
STU – Recife	R\$1.214.268.815
STU – Maceió	R\$ 139.417.513
STU – João Pessoa	R\$ 67.382.289
STU – Natal	R\$ 88.521.473

O relatório dos auditores externos aponta para a necessidade de inventário físico dos bens do ativo imobilizado, bem como, avaliação dos bens com o objetivo de identificar o valor recuperável. Aliás, em 31 de dezembro de 2019, a falta de apuração e contabilização de um valor que representa o “impairment” ou o valor recuperável do valor do imobilizado da CBTU, foi objeto de qualificação no parecer dos auditores.

O relatório de 30 de junho de 2020 revela também a existência de itens adquiridos há mais de 10 anos classificados como “obras em andamento”, o que sugere a necessidade de revisão e reclassificação dos itens que supostamente já estão em operação, seguido da depreciação correspondente ao período de uso ou baixa diante da possibilidade do bem nunca ter entrado em operação e ser considerado fora de uso ou obsoleto.

Dois aspectos merecem ser salientados:

- a) O valor de R\$1.206.191.442 corresponde ao valor financiado pelo Banco Mundial para expansão das linhas férreas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mais os custos incorridos pela CBTU nessas mesmas linhas. Baseado na premissa que tais linhas não mais pertencem a CBTU e sim a uma nova concessionária, o valor foi integralmente provisionado como redutor ao valor recuperável.
- b) Conforme informação do Sr. Dias, a ordem de serviço está em fase final para contratação de empresa especializada para a formalização dos cálculos de “impairment” do imobilizado.

4.5 - Almoxarifado

STU – Belo Horizonte	R\$ 17.213.107
STU – Recife	R\$ 16.461.585
STU – Maceió	R\$ 942.959
STU – João Pessoa	R\$ 3.647.848
STU – Natal	R\$ 5.943.140

Conforme informações do Sr. Dias, a STU de Belo Horizonte está conduzindo um inventário físico no qual deverá ser identificado itens de baixa ou sem movimentação para permitir a identificação de diferenças de inventários e itens considerados obsoletos.

Destaque para dois aspectos: o 1º é a expansão do processo de inventário físico para outras STUs com o mesmo objetivo estabelecido no inventário de BH; O 2º uma segregação entre o estoque de material de consumo de peças de reposição cuja estocagem é normalmente estratégica e a rotação muito mais lenta, pois depende de necessidades identificadas pela área de reparos e manutenção. A segregação dos estoques seria oportunamente divulgada em nota explicativa das demonstrações financeiras.

Há outros itens destacados pelos auditores externos no seu relatório referente ao período findo em 30 de junho de 2020. Entretanto, trata-se de itens de menor relevância ou cuja regularização, segundo o Sr. Dias, já está sendo providenciada pela gerência financeira, dispensando assim maiores comentários.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a sessão. **Próxima Reunião:** A próxima reunião do Comitê ficou agendada para o dia 18 de dezembro de 2020, por vídeo conferência.

ANTONIO ELIAS ZOGHBI DE CASTRO

Presidente do COAUD

FELIPE ANTÔNIO GUIMARÃES GABRICH JÚNIOR

Membro

SERGIO CITERONI

Membro

ANA LUIZA VIEIRA NETTO

Secretária